

## CATEGORIAS ARISTOTÉLICAS: ARTICULAÇÕES NA ANÁLISE DO DISCURSO

JÚNIA DINIZ FOCAS\*

## RESUMO

As categorias de Aristóteles, genericamente denominadas *tópicos*, são ainda objeto de muitas controvérsias entre lógicos, filósofos e linguistas, já que se admite serem elas uma classificação que prevê os tipos de relações lógicas que definem o *que é* certa ideia, exprimindo assim uma racionalidade dialética. Nesse aspecto, as categorias aristotélicas expressam uma transcendência da linguagem humana, tendo em vista que há uma ultrapassagem da simples significação para o entendimento das coisas em si mesmas ou que a *verdade* das proposições encontra-se no discurso e nos sujeitos. E é exatamente essa questão que Benveniste discute, dizendo-nos que, muito além de uma estruturação de pensamento, as categorias representam o lugar das relações linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: dialética, argumentação, tópicos, sentido, linguística.

## 1. AS CATEGORIAS E A ARGUMENTAÇÃO

As categorias de Aristóteles, genericamente denominadas *Tópicos*, ainda são motivo de muitas controvérsias entre lógicos, filósofos e linguistas, já que se admite serem elas uma classificação que prevê os tipos de relações lógicas que definem o *que é* certa ideia, exprimindo assim uma racionalidade dialética. Nesses termos, fundamentam-se por constituírem um tipo de predicável passível ou não de se aplicar às formas de expressão, sendo essa potencialidade que as colocam como desencadeadoras de uma argumentação dialética consistente e que desvela a essência da linguagem.

\* Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.  
E-mail: junia.diniz@globo.com

Essa essência encontra-se determinada pela noção de *substância* que intermedia a relação linguagem/ser, visto que, ao se atribuir um predicável da *essência* de algo, concomitantemente, expressa-se também a sua substância bem como o seu *gênero* ou *espécie*. Quanto a isso, Bittar (2005) nos explica:

Toma uma árvore em particular. Ao indicar a espécie ou que se trata de uma árvore, apresentarás um relato mais instrutivo de que indicando o gênero ou dizendo que se trata de uma planta.<sup>1</sup> (p. 44)

Logo, o individual pressupõe uma espécie e, para defini-la, é necessário conhecer também o gênero a que pertence. A esse respeito, Aristóteles argumenta:

Assim, por exemplo, “animal” é o gênero de “corvo” e também de “ave”. Por conseguinte, sempre que dizemos que o corvo é uma ave, também dizemos que ele é uma determinada espécie de animal, de modo que ambos os gêneros se predicam dele. (ARISTÓTELES, 1991, p. 18)

Nesse sentido, as categorias aristotélicas expressam uma transcendência da linguagem humana, na qual há uma ultrapassagem da simples significação para o entendimento das coisas em si mesmas ou que a verdade das proposições encontra-se no discurso e nos sujeitos.

A repercussão desse pensamento filosófico acarretou importantes consequências teóricas, sejam elas nas análises linguísticas, como também lógicas e filosóficas. E é exatamente essa questão que Benveniste discute, dizendo-nos que, muito além de uma estruturação de pensamento, as categorias representam o lugar das relações linguísticas, ou seja, uma categoria da língua, premissa que consiste em sua própria condição de existência.

No que se refere à relação lógico-discursiva, a categoria é também discutida por Aristóteles no seu tratado sobre os Tópicos, em que o filósofo desenvolve a sua aplicabilidade ou o seu funcionamento nas articulações dos argumentos dialéticos. Portanto, ao explicitar os tópicos, Aristóteles, provavelmente, tinha em mente articular os pressupostos lógicos das categorias que norteariam uma argumentação dialética, objetivo principal do orador grego. A esse respeito, Berti tece a seguinte consideração:

Além das premissas, com efeito, que são proposições, nas argumentações são importantes os termos, isto é, as palavras, que devem ser usadas sempre no mesmo sentido; de outro modo dariam lugar a equívocos. Daí a necessidade de examinar as diferenças e semelhanças entre as várias coisas, para saber se algumas são espécies do mesmo gênero, em cujo caso não há diferença de significado nos usos do termo a esse correspondente, ou se, ao contrário, pertencem a gêneros diversos, em cujo caso há diferença de significado. (Berti, 1998, p. 41)

Uma argumentação baseada em premissas constitui, por assim dizer, *definições* que exprimem a essência das coisas e também pressuposições ou hipóteses que relativizam a existência ou não de certas coisas. O método para se estabelecer essas demonstrações é a argumentação, estruturada por premissas das quais se extrai uma conclusão. Esse processo argumentativo parte de opiniões em geral aceitas, o que é definido como um raciocínio dialético, cujo processo constitui o estabelecimento de certas coisas, sendo que outras diferentes se deduzem necessariamente das primeiras.

No âmbito dessa formulação, Aristóteles distingue *proposição* de *problema*, estabelecendo os argumentos para as proposições e os raciocínios para os problemas, salientando que a diferença entre eles reside na construção da frase. Segundo Colli (1981), “o problema, originalmente para os trágicos gregos significa obstáculo, algo que se projeta à frente.” O autor ainda complementa:

O problema permanece vivo e em posição central na linguagem dialética, a ponto de significar, nos Tópicos de Aristóteles, a “formulação de uma busca”, designando a formulação da pergunta dialética que inicia a discussão. (p. 16)

Assim, tanto a proposição quanto o problema indicam um gênero, uma peculiaridade ou um acidente. Isso posto, tanto a proposição quanto o problema são formados por quatro elementos definidores: a definição (frase que significa a essência de uma coisa), a propriedade (predicado que não indica a essência de uma coisa, mas que pertence exclusivamente a ela), o gênero (aquilo que se predica, na categoria de essência, de várias coisas que apresentam diferenças específicas) e o

acidente (algo que pode ou não pertencer a uma coisa, sem que por isso a coisa deixe de ser ela mesma).

Primordialmente, a intenção de Aristóteles, ao definir esses quatro lugares do raciocínio argumentativo,<sup>2</sup> era a de estabelecer elementos de significação e de sentido que circunscrevessem as proposições e os problemas dialéticos em uma esfera argumentativa que definisse as relações de sentido no desenvolvimento de um raciocínio dialético. Desse modo, os argumentos dialéticos resumiam-se à universalização dos problemas dialéticos (as teses), ao mesmo tempo em que asseguravam à proposição seu real sentido no contexto proposicional e, logicamente, no discurso argumentativo.

Ao que parece, as condições de verdade ou de falsidade não contemplam a essência dos tópicos, mas sim o modo como articulam o sentido no espaço da argumentação dialética, já que se admite a presença de vários sentidos em um único termo. Quanto a isso, Aristóteles (1991) afirma:

Sempre que o termo original comporte mais de um significado, o termo que dele se deriva será usado em mais de um significado, e vice-versa ou ainda: quem tenha feito uma afirmação qualquer fez, em certo sentido, várias afirmações. (p. 18)

Portanto, definição, propriedade, gênero e acidente são predicáveis fundamentais para se delimitar o real, mas não necessariamente o verdadeiro sentido de um termo em uma argumentação, uma vez que se admite a fluidez e a relativização de um determinado termo no contexto argumentativo. Como exemplo, Aristóteles conceitua a distinção entre espécies das quais deriva uma ambiguidade:

Por exemplo, o contrário de *agudo*, tratando-se de uma nota, é *grave*; e tratando-se de um ângulo sólido, é “obtusos”. [...] Com efeito, “agudo” não será a mesma coisa quando contrário a “grave” e quando contrário a “obtusos”, embora “agudo” não seja o contrário de ambos. (p. 16)

Assim, a ambiguidade e a sinonímia que determinado termo acarreta parecem direcionar o lugar semântico e discursivo das categorias no contexto filosófico da argumentação dialética e, assim sendo,

os elementos definidores do raciocínio argumentativo. É interessante observar que a questão da ambiguidade e da metáfora são definidas, por Aristóteles, como *sempre obscuro*, embora admita sua expressividade.

A questão da expressividade não significa aqui o aspecto simbólico do uso da linguagem, sendo resguardada pela ideia da multiplicidade de significados de um termo, explicitamente condicionada à condução de um raciocínio que esteja de acordo com os fatos na realidade. O reconhecimento de certo sentido, na argumentação, está condicionado à maneira como o autor do discurso articula determinado sentido e não outro, ou seja, entre os múltiplos sentidos, alguns são verdadeiros e outros, falsos.

Ao que parece, para Aristóteles, o conceito de *significado* está fundamentado na condição de verdadeiro ou falso no interior de um raciocínio argumentativo, ao passo que o *sentido* diz respeito às possibilidades de suas múltiplas ocorrências em determinado contexto.

Desse modo, o significado remete para uma espécie de sentido que pode ou não estar pressuposto no interior de um raciocínio argumentativo e o que pode atribuir uma literalidade ao sentido é a argumentação ser direcionada a um dos lugares definidores da argumentação.

De acordo com Aristóteles, o Tópico ou lugar é passível de estabelecer uma argumentação coerente e convincente, como também de ser uma afirmação falsa. Sobre isso, observe o seguinte trecho:

Quem tenha feito uma afirmação qualquer vez, em certo sentido, várias afirmações, dado que cada afirmação tem um número de consequências necessárias: por exemplo, quem disse “X é um homem” também disse que ele é um animal, que é um ser animado e um bípede, e que é capaz de adquirir razão e conhecimento, de forma que, pela demolição de uma só destas consequências, seja ela qual for, a afirmação original é igualmente demolida. (ARISTÓTELES, 1991, p. 31)

Assim, a pressuposição que um determinado termo acarreta está condicionada à natureza do tópico, ao seu aspecto universal ou particular, fator que poderá restringir o potencial polissêmico do termo inserido na argumentação, o que retorna ao problema da definição do que seja uma proposição dialética e um problema dialético. A esse respeito, Aristóteles parte da *endoxa* (consenso, premissas conhecidas), o que

implica que a dialética não se atém simplesmente ao verdadeiro, mas sim à discussão, à refutação.

Aqui, a questão da referência e da representação do termo inserido em uma argumentação será essencial para delimitar a fronteira entre o que possa ser *significado* e *sentido* para Aristóteles, de forma que o significado pressupõe e representa uma pluralidade de sentidos determinados pela sua referência lógica e linguística.

## 2. AS CATEGORIAS E A ANÁLISE DO DISCURSO

Por que considerar “excluídos” aqueles que nunca estiveram de fato “incluídos”?

Ao formular essa indagação, o escritor Ferreira Gullar (2007) discute a definição do termo *excluído* em face de seu oposto *incluído*, exposta no seguinte fragmento de texto:

De algum tempo para cá, a parte da sociedade que mora em favelas e bairros pobres é qualificada como “excluída”. Ou seja, os moradores da Rocinha e do Vidigal, por exemplo, não vivem ali porque não dispõem de recursos para morar em Ipanema ou Leblon, e sim porque foram excluídos da comunidade dos ricos. E eu, com minha mania de fazer perguntas desagradáveis, indago: mas alguma vez aquele pessoal da Rocinha morou nos bairros de classe média alta e dos milionários? Afora um ou outro que possa ter se arruinado socialmente ou que tenha optado por residir ali, todos os demais foram levados a isso por sua condição econômica ou porque ali nasceram. Então por que considerá-los “excluídos”, se nunca estiveram “incluídos”? No meu pouco entendimento, excluído é quem pertenceu a uma entidade ou comunidade e dela foi expulso ou impedido de nela continuar. Quem nunca pertenceu às classes remediadas ou abastadas não pode ter sido excluído delas. Mais apropriado seria dizer que nunca foi incluído. Ainda assim, se não me equivoque, incorreríamos em erro. (GULLAR, 2007)

A argumentação de Ferreira Gullar gira em torno exatamente da questão do que seja, dialeticamente, entendido como *exclusão/inclusão*; em outros termos, se podemos interpretá-los como uma definição ou como o gênero que se predica aos indivíduos marginalizados socialmente.

Analisando sob o ponto de vista da dialética aristotélica, *excluído*, neste texto, pode ser categorizado no sentido de *expulsão*, como uma definição, a essência de *exclusão*. No entanto, a argumentação de Ferreira Gullar baseia-se exatamente na categorização de *excluído* como seu próprio gênero, ou seja, *não incluído*, já que a noção de *não pertença* não comporta a de *exclusão*, mas sim a de *marginalização*.

A discussão equivale, portanto, ao questionamento de um discurso social que se valida ou se legitima na manipulação discursiva entre *excluído/incluído* e no qual *excluído* não comporta, na negação, *não incluído*. A esse respeito, Aristóteles (1991) afirma que

devemos também definir os erros que ocorrem nos problemas. São eles de duas espécies, causados ou por um juízo falso, ou por uma transgressão da linguagem corrente. (p. 25)

Essa opinião é ainda corroborada na seguinte passagem:

Supondo-se, por exemplo, que o “correto” signifique “o conveniente” ou “o honroso”, procurar-se-á estabelecer ou rebater ambas as descrições do sujeito em questão, mostrando, por exemplo, que ele é honroso e conveniente, ou que nem é honroso, nem conveniente. (ARISTÓTELES, 1991, p. 28)

Fato semelhante é colocado em causa por Ferreira Gullar, visto que os sentidos articulados encontram-se problematizados não pelo sentido em si, mas por um ângulo discursivo no qual a constituição do discurso engendra-se nos processos de enunciação que categorizam os sentidos e o próprio discurso.

A questão não é por si só suficiente para estabelecermos uma predicação possível, mas sim de conceber as suas diversas possibilidades na lógica de uma argumentação. Assim sendo, *exclusão/inclusão* estão definidos, no discurso, pelo ângulo do que se deseja estabelecer para defender um ponto de vista, por uma subjetividade, por uma enunciação.

De um ponto de vista pragmático, é a própria enunciação que credencia um discurso como pertinente e, no caso aqui discutido, essa questão encontra-se em aberto, uma vez que é compreendida no conjunto das práticas sociais e, pelo que parece, é nesse contexto que Ferreira Gullar se insere, isto é, quais práticas, quais mecanismos enunciativos

referendam os termos *exclusão/inclusão* em uma determinada categoria de sentido ou de discurso? Poderíamos ousar uma resposta invocando Maingueneau com o conceito de *dêixis discursiva*:

O que chamamos de dêixis discursiva possui a mesma função, mas manifesta-se em um nível diferente: o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação. Em geral, as três instâncias de dêixis discursiva não correspondem a um número idêntico de designação nos textos, mas cada uma recobre uma família de expressões em relação de substituição. (MAINGUENEAU, 1989, p. 41)

Esclarecendo essa posição teórica, o autor recorre ao conceito de *formação discursiva* cuja cena enunciativa credencia e pressupõe a legitimação do discurso. O conceito de formação discursiva reforça ainda mais a nossa análise, visto que é no âmbito do que Foucault define como um conjunto de enunciados que delimita uma esfera de pensamento ou um espaço da representação linguística que a categoria aponta para esse universo enunciativo.

Acompanhando esse raciocínio, poderíamos imaginar que a afirmação de Maingueneau (1989):

as três instâncias de dêixis discursiva não correspondem a um número idêntico de designação nos textos, mas cada uma recobre uma família de expressões em relação de substituição. (p. 41)

nada mais sendo, portanto, do que uma *categorização discursiva* que pode, perfeitamente, ser estendida aos estudos das categorias de Aristóteles.

Semelhante posicionamento encontramos em Ducrot (1987):

É a ideia evidente desde que nos dispomos a considerá-la, de que um objeto só pode ser descrito em relação a outros objetos, e que não há, se tomarmos as palavras ao pé da letra, nenhum sentido em visualizá-lo “em si mesmo”. (p. 67)

Talvez possa ser a relevância da significação da palavra associada ao seu aspecto representativo e referencial que possivelmente norteie as distinções aristotélicas das palavras em classes e categorias, funcio-

nando estas como formas que asseguram o lugar da argumentação dialética e do discurso. Não é, portanto, apenas uma relação lógica entre forma e substância que pode balizar a interpretação das categorias. Elas são, essencialmente, como já o salientou Benveniste, também um fenômeno de expressão e é daí que se pode depreender sua importância para a compreensão das categorias linguísticas, ou como o estabelece Maingueneau, uma *dêixis discursiva*, referente a uma *formação discursiva*.

Alongando a discussão, o conceito de *topos*, em Ducrot, fundamentado exatamente em Aristóteles, pode sustentar o aspecto discursivo/argumentativo do *ethos* como uma *dêixis discursiva*. A questão em relação a essas exposições é a do papel desempenhado pela dialética, focalizada na semântica da linguagem, na pertinência das argumentações (*os topói*) que validam a relação do termo com as suas diferenças de sentido, consistindo, portanto, no método dialético.

Utilizando-se de outra terminologia, Maingueneau afirma:

Na perspectiva da análise do discurso, não podemos, pois, contentar-nos, como a retórica tradicional, em fazer do *ethos* um meio de persuasão: ele é parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência. O discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado, e, por seu turno, ele deve validá-la por sua própria enunciação: qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente. (MAINGUENEAU, apud AMOSSY, 2005, p. 75)

Essa formulação coincide com a de Ducrot ao nos dizer que a linguagem não se manifesta apenas no plano das impressões imediatas. Ela está substanciada além delas. Ultrapassa o plano real para situar uma forma intermediária de falar que se revela como um espaço de representação que atesta o próprio ato de dizer.

Para Ducrot, a linguagem não pode constituir um juízo de valor, mas a materialização de um indizível apreendido através da função argumentativa que orienta o dizer para um espaço de representação chamado pelas palavras que o constitui. Em um sentido mais extenso, o próprio ato de dizer constitui, em sua totalidade, um *mostrar*, um *representar*. Ou como manifesta o autor: “o indizível é o que se revela a um outro pensamento” (DUCROT, 1984b, p. 460), compreendido por seu

aspecto referencial que se manifesta pelo fato de *falar de*. Em outras palavras, “aquilo a que nos referimos é, portanto, aquilo de que falamos” (1984a, p. 429). Nessas condições, o autor associa o ato de *referir* ao ato de *falar de*. Ou como o especifica Maingueneau: a uma *cena enunciativa* especificada e/ou delimitada por um *ethos* que estabelece, no discurso, a referência da enunciação com a realidade, referência essa também concebida em Aristóteles ao tratar dos Tópicos.

Considerando a questão das categorias aristotélicas, Ducrot parece resgatá-las da *inutilidade* teórica a que filósofos e lógicos a relegaram. Segundo ele, o conceito de categoria não parece tão ingênuo como se supõe, pois, do seu ponto de vista, elas implicam a ideia de referência, materialmente distinta das expressões com função descritiva. Sobre isso, o autor afirma:

Para conseguir o resultado procurado, para fazer de Sócrates o referente e de “Sócrates” a expressão referencial é preciso (claro) fazer uma pergunta mais precisa do que “de que o locutor fala?” Daí a seguinte conclusão: a convicção de que há expressões com função referencial baseia-se numa concepção bastante particular do referente, na ideia de que o referente deve ser constituído por seres individuais, por aquilo que Aristóteles chama “substâncias”. (DUCROT, 1984a, p. 429)

Ele ressalta ainda que o “referente não é propriamente o ser descrito pela expressão referencial, mas esse ser tal como é descrito, aquilo que aparece na descrição” (1984a, p. 434).

Se, como vimos, da perspectiva lógica ou filosófica as categorias aristotélicas são desprovidas de qualquer valor intrínseco, é no terreno da linguística que se pode, talvez, atribuir-lhes alguma consistência e especificidade, asseguradas, em especial, através da potencialidade argumentativa.

Benveniste fornece-nos uma descrição linguística das categorias, mas, essencialmente, o que pretende com isso é estabelecer a ideia de que elas constituem um fenômeno de linguagem e, neste particular, atribui-lhes um valor linguístico.

Ser-nos-á permitido considerar essas categorias sem preocupação de tecnicidade filosófica, simplesmente como o inventário das proprie-

dades que um pensador grego julgava predicáveis a um objeto, e consequentemente como a lista de conceitos a priori que, segundo ele, organizavam a experiência. (BENVENISTE, 1976, p. 70-71)

A análise das categorias efetuadas por Benveniste aponta, além da caracterização morfológica e gramatical, para certas propriedades que as situam como expressões linguísticas e não apenas como meras categorias lógicas.

A adoção desse princípio coloca as suas ideias em consonância com as de Foucault (1978) ao afirmar que a interpretação das relações linguísticas processa-se através do encadeamento do conhecimento, pela maneira como elas podem ser conhecidas.

Se as categorias são pertinentes para refletir certas particularidades do pensamento grego em uma determinada época de sua história, fica uma indagação, ou melhor, uma forte ressalva: a de que o conceito de categoria é, presumivelmente, universal, caracterizando, portanto, a linguagem humana que se articula mediante as relações lógicas por elas expressadas. A resposta a esse impasse nos é dada por Benveniste que conciliou, de maneira clara, o aspecto lógico das categorias com a subjetividade da expressão linguística:

Ao elaborar essa tábua das “categorias”, Aristóteles tinha em vista arrolar todos os predicados possíveis da proposição sob a condição de que cada termo fosse significante no estado isolado, não encaixado num sintagma, diríamos. Tomou inconscientemente por critério a necessidade empírica de uma expressão distinta para cada um dos predicados. Dedicava-se, pois, a reconhecer, sem o querer, as distinções que a própria língua manifesta entre as principais classes de formas e essas classes têm uma significação linguística. Pensava definir os atributos dos objetos: é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e especificá-las. (BENVENISTE, 1976, p. 76)

A interpretação do autor relativiza, ao mesmo tempo em que amplia o conceito de categoria, diluído por ele na especificidade de uma expressão linguística que, juntamente com sua função referencial e representativa, é passível de ser universalmente aplicável às línguas humanas. É essa característica que torna a categoria uma representação

linguística e não estritamente uma função de ordem lógica. Nesse sentido, as categorias constituem, na versão foucaultiana, uma dispersão, integradas a uma *arqueologia do dizer*.

---

#### ARISTOTELIAN CATEGORIES: JOINTS IN DISCOURSE ANALYSIS

#### ABSTRACT

Aristotle's categories, generically entitled *topics*, are still a focus of considerable controversy among logicians, philosophers and linguists, since they are admittedly a classification foreseeing the logical relations that define *what is* a certain idea, thus expressing a dialectical rationality. With this ability, the Aristotelian categories express a transcendence of human language, in the sense of going beyond the simple meaning of understanding things for what they are, or that "truth" propositions are found in the discourse and in the subjects. Moreover, it is precisely this question that Benveniste discusses, in saying that, far beyond the architecture of thought, the categories represent the location of linguistic relations.

KEY WORDS: dialectical, argumentation, topics, sense, linguistic.

---

#### NOTAS

- 1 É importante esclarecer que a *espécie* constitui uma *substância primeira*, ao passo que o *gênero* constitui a *substância segunda*. Ou seja, a *espécie* particulariza, enquanto o *gênero* universaliza.
- 2 Além das quatro categorias aqui discutidas, Aristóteles formula mais estas dez: Substância, Quantidade, Qualidade, Relação, Lugar, Tempo, Posição, Estado, Ação e Paixão.

#### REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Tópicos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ARISTÓTELES. *Órganon*: categorias. São Paulo: Edipro, 2005.

BENVENISTE, Émile. Categorias do pensamento e categorias de língua. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Edusp, 1976.

BERTI, Enrico. As razões de Aristóteles. In: \_\_\_\_\_. *Aristóteles no século XX*. São Paulo: Loyola, 1998.

- BITTAR, Eduardo. Tópica. In: \_\_\_\_\_. *Curso de filosofia aristotélica*. Barueri: Manole, 2005.
- COLLI, Giorgi. *O nascimento da filosofia*. Campinas: Ed. Unicamp, 1981.
- DUCROT, Oswald. Referente. In: \_\_\_\_\_. *Linguagem e enunciação*. Lisboa: Enciclopédia Einaud, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 2, 1984a.
- DUCROT, Oswald. Dizível/Indizível. In: \_\_\_\_\_. *Linguagem e enunciação*. Lisboa: Enciclopédia Einaud, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 2, 1984b.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. Falar. In: \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, [1966]1978.
- GULLAR, Ferreira. Exclusão social, o que é isso? *Jornal Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10/7/2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.